

Resgate historiográfico acerca dos percursos metodológicos para pesquisa com utilização do método da História Oral em África

José Francisco dos Santos¹

Resumo: No presente artigo² abordamos parte da historiografia sobre metodologia em História da África, em específico a História Oral e a Tradição Oral, baseados em textos de pesquisadores que foram percussores nesses estudos, nomeadamente David Henige, *Oral Tradition as a Means of Reconstructing the Past* (2005); de Claude – Hélène Perrot, *Sources Orales Et Histoire Un Débat Permanent* (1993); Tal Tamari, *Les appréciations portées sur les traditions orales maliennes: constantes et évolutions* (2005); Jan Vansina, *Oral Tradition History* (1984) e o discurso de posse de Joseph Miller como presidente da American Historical Association, intitulado como *History and Africa/ Africa and History* (1999). Pretendemos, além de sintetizar o debate destes autores, trazer subsídios para que investigadores e historiadores possam entender o processo em que se deu a aceitação científica da História Oral como método e, principalmente, utilizem este instrumento metodológico em suas investigações, considerando e reconhecendo as contradições que o uso deste método pode suscitar.

Palavras-chave: História Oral; Tradição Oral; Metodologia em História da África; Pesquisa e História de África

Abstract: In this paper we discuss the historiography about methodology in African history, in specific the Oral History and Oral Tradition, based on texts by researchers who were forerunners in these studies, among them David Henige, *Oral Tradition as a Means of Reconstructing the Past* (2005), Claude - Hélène Perrot, *Et Histoire Un Débat Permanent* (1993); Tal Tamari, *Les appréciations portées sur les traditions orales maliennes: constantes et évolutions* (2005); Jan Vansina, *Oral Tradition History* (1984) and the inaugural speech made by Joseph Miller as president of the American Historical Association, titled *History and Africa / Africa and History* (1999). We intend to summarize the debate these authors and bring some support to researchers and historians can understand a bit about the process that gave scientific acceptance of Oral History as a method and mainly use this methodological tool in their investigations, considering and recognizing the contradictions that using this method can raise.

Keywords: Oral History; Oral Tradition; Methodology in African History; Search y African History

Rescue historiography about the methodological pathways for research using the method of Oral History in Africa

¹ Doutor em História pela PUCSP. Docente do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. Contato: jose.francisco.puc@gmail.com

² O artigo resulta da participação na disciplina *História de África: Problemas, Fontes e Métodos* do curso de Mestrado em História, na especialidade de História de África da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa Ministrado pelo Prof. Dr. José Horta.

1. Alguns pontos da Historiografia sobre a História da África

Antes propriamente de tratar da História Oral, registraremos como era visto na historiografia as particularidades da “História de África”, para que possamos compreender como foi o processo de construção de metodologia e uso das fontes em investigações que estudam África. Os primeiros pontos a refletirmos estão ligados ao pensamento do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), amplamente citados nos livros que tratam sobre a História de África³, pois o filósofo aponta dificuldades em se estudar a história dos povos dessa região por não terem desenvolvido linguagem escrita, logo, para ele, não teriam História⁴, veremos mais adiante que até estudos contemporâneos ainda utilizam este tipo de argumento, a exemplo de Jan Jansen e Ralph Austen, que a autora Tal Tamari (2005) apresenta em seu trabalho e apresentaremos no decorrer do texto.

O século XIX ficou marcado como período das legitimações das ciências, o pensamento positivista da época não dava espaço para fontes que não tivessem “comprovações científicas”. O Historiador Joseph Miller (1999), em seu discurso de posse na *American Historical Association* discorre que nos Estados Unidos, no final do século XIX, a consciência para História da África enfrentava os problemas de um período de racialização⁵, fazendo uma retrospectiva de cem anos da historiografia e os problemas encontrados para o estudo de História da África.

As questões postas pelo historiador mostram as complexidades do estudo de História de África no período em que envolvia o cientificismo, nas palavras dele, considerava-se que “a África envolvia uma ‘história mítica’”. Esta constatação mostra porque pesquisadores como etnólogos, arqueólogos, linguistas foram os primeiros a fazer o estudo do passado

³ O que podemos ver na obra clássica do historiador de Burkina Faso, Joseph Ki-Zerbo, em *História da África Negra*. Volume I. 4º Ed. Lisboa: Europa-América, 2009. Assim como em obras contemporâneas, como do historiador congolês Elikia M'Bokolo, *História e Civilizações. Do século XIX aos nossos dias*. Tombo II. Tradução Manuel Resende. Lisboa: Colibri, 2007.

⁴ Sobre as ideias defendidas por Georg Wilhelm Friedrich Hegel é interessante expor a reflexão da Historiadora Isabel Castro Henriques “A revisão do lugar da África no campo da sua própria história e da história universal conseguiu fazer de Hegel um pensador arcaico, tão inaceitáveis são as considerações que o filósofo alemão consagra a uma África mítica, África dos preconceitos escravagistas europeus. E se é certo que Hegel fora anunciado por Kant, convém assinalar aqui a importância das modificações introduzidas no campo da história. Como tantos outros historiadores especializados na história do continente e das suas relações com o mundo, pode assegurar a passagem da negatividade obscura de Kant e de Hegel, à compreensão dinâmica marcando os diferentes passos da construção da história pelos africanos. Tarefa nem sempre fácil, dado o peso dos estereótipos negativos: desvalorização do homem africano não podia deixar de levar à desvalorização dos seus produtos civilizados e da sua história”. (HENRIQUES, 2004, p.15)

⁵ É pertinente expor que o pensamento racista não influenciou somente os Estados Unidos. Essa linha de pensamento influenciou todo o mundo no século XIX, principalmente as potências europeias, a exemplo, da Inglaterra, França além dos países que tinham a Europa e os Estados Unidos como parâmetro. O discurso higienista culpabilizava as “raças inferiores” pelo atraso econômico e social, exemplo dos negros e indígenas.

africano. Sendo assim, mesmo na transição do teológico-filosófico que leva o nascimento da moderna disciplina de História dentro de uma perspectiva científica, que busca comprovações absolutas a partir de dados empíricos, o estudo de África, ou de grande parte do continente, continuou sendo excluído. Todavia, a exclusão agora era materializada pelos padrões estabelecidos nas ciências do século XIX com a lógica determinada pelo conceito de raça, na qual os africanos foram colocados como seres pitorescos dentro da Historiografia da época.

Segundo Miller (1999) a mudança só se inicia com Willian Eduard Burghart Du Bois, que ao estudar História em 1880 na Universidade de Harvard, problematizou o fato de ter encontrado uma abordagem sobre o ensino de África “sem cultura e sem História”. Seus posicionamentos o acabaram levando a ampliar sua consciência sobre África, resolvendo investigar questões que envolviam o continente, o que culminou na dissertação sobre a *Supressão do Trafico de Escravos Africanos para os Estados Unidos*. Embora seus estudos tenham sido de “meta-narrativas” (de forma sucinta, uma pesquisa em que não vai a campo), o seu posicionamento foi de extrema importância, tornando-se um marco no que se referia ao estudo de África. O diferencial de Du Bois se mostrou especialmente no fato de considerar que o continente africano construiu história, independente dos relatos escritos pela academia europeia e americana. Neste contexto, viu, portanto, que seria necessário o aprimoramento metodológico para o desenvolvimento do estudo do continente, que só será efetivado períodos depois das discussões iniciais desenvolvidas por ele.

Por outro lado, Joseph Miller (1999) faz a ressalva, mesmo considerando os avanços de Du Bois, que lhe faltou contextos africanos de tempo e lugar que existiam independentes das projeções dos valores europeus ou estadunidense. Esse fato se deu em decorrência da influencia da rubrica de racismo, homogeneizando os contextos que eram extremamente diversificados, desconsiderando que a “cultura dos africanos” certamente tinha referência de tempo e espaço⁶. Outro ponto ressaltado pelo autor se refere ao fato de Du Bois colocar os mulçumanos na condição de opressores, deixando os africanos em papéis, perigosamente, próximos de vítimas.

O estudo sobre o continente africano começou a mudar concretamente somente em 1950, após o término da Segunda Guerra Mundial, em que ocorre um processo de diminuição da força das correntes intelectuais “racistas” dos Estados Unidos e Europa, passando-se a

⁶ A respeito da periodização a Historiadora Catherine Coquery-Vidrovitch, em seu texto *De La Periodisation En Histoire Africaine. Peut-On L' Envisager? À Quoi Sert-Elle?* No qual desenvolve uma discussão importante sobre tempo e espaço no continente africano, propondo que a periodização em África seja tratada de modo diferente da europeia.

adicionar evidências empíricas, mas que ainda não eram totalmente historiadas⁷. Nesta década, segundo Miller (1999), os pesquisadores de África (especialmente nas colônias britânicas) foram até o continente com a intenção de capacitação de jovens para a responsabilidade cívica futura nas colônias, o que culminou na preparação para independência política como Estados-Nação⁸.

Miller (1999) aponta ainda que os historiadores consideravam as fontes documentais suspeitas para analisar a África, pois os europeus haviam escrito sobre os africanos, uma vez que chegaram ao continente no século XV. Todavia, os documentos só foram utilizados para interpretação histórica por si só muito tempo mais tarde, por volta de 1880, com o advento dos registros governamentais que acompanham o estabelecimento da autoridade colonial. No entanto, estes escritos de europeus modernos eram tendenciosos, bem como manchados pelo uso que deles era feito na história colonial e imperial para “notória” missão civilizadora da Europa política em torno do globo.

O historiador alerta para o fato de que as poucas pesquisas que se basearam em arquivos do governo colonial se pautavam em debates administrativos e “análises” de cunho sociológico, não históricos. As narrativas econômicas dos governos coloniais, dos programas de “desenvolvimento”, bem como, o sucesso de políticos nacionalistas em mobilizar a oposição popular, desde o século XIX, eram desenvolvidos a partir da metodologia de “estudo de casos” dentro do modelo de ciência social, com implicações principalmente comparativas e teóricas, tendendo a extrair “variáveis” relevantes para os “modelos” e teorias que foram aplicadas em contextos históricos completos

Este fato permitiu que a geração de historiadores do pós Segunda Guerra Mundial tivesse escolhas que permitissem a superação da simples apropriação das disciplinas antropologia, etnologia, linguística, arqueologia, entre outras, trazendo-as para o contexto histórico. Joseph Miller (1999) discorre que os historiadores também fizeram uso de “modelos” de ciências sociais, pois esses lhes ofereceram a coerência lógica da teoria que lhes pareceu atraente por encobrir a falta inicial de evidência empírica que fosse suficiente para historicizar o passado africano e para se contrapor aos padrões históricos convencionais.

⁷ Cumpre observarmos que após o domínio e queda do nazismo, no pós-Segunda Guerra Mundial, o discurso de supremacia racial não encontra mais espaço. Moralmente os países europeus não tinham mais como manter suas colônias, em África e Ásia inicia-se um processo manifestações e lutas por independência. Cabe salientar que após a II Guerra Mundial, as colônias francesas, inglesas, belgas, iniciam processos de independência, que são sacramentados em 1955 com a Conferência de Bandung.

⁸ Todavia, não podemos deixar de destacar também a iniciativa e vontade desses países africanos de tornarem-se independentes, sendo assim não foi somente a iniciativas desses jovens intelectuais isoladamente que contribuiu para a independência e posteriormente a constituição de um Estado-Nação.

Ainda mais sedutora, em meados do século XX, foi a Epistemologia Histórica, com suas instituições estáveis e modelos equilibrados, trazendo os pressupostos de equilíbrio da sociologia para a história. E, curiosamente, os historiadores acabaram se somando aos cientistas sociais com a utilização de termos análogos ao conceito de “primitivas culturas africanas”, que tanto buscavam substituir.

Miller (1999) explica que neste contexto a lógica estrutural acabou retirando a confiança dos historiadores na sua própria disciplina, afastando-os da convicção de que a observação das mudanças seria a melhor forma de explicar a transitoriedade como um aspecto fundamental da existência humana. Aponta ainda que a partir desta confiança inicial em métodos, conceituações e narrativas distintamente a-históricas e distantes da África, os historiadores foram gradualmente adicionando os elementos epistemológicos: contexto, mudanças e gestão africana, pois juntos distinguem história de outras disciplinas, criando assim um ambiente mais historicizado para o passado africano.

E, devido a inaceitabilidade dos documentos da era colonial e pelo progressivo respeito à história das origens antigas, historiadores que aspiravam o conhecimento da história da África enfrentaram os desafios técnicos impostos ao uso responsável de fontes não escritas. Sendo assim, Miller (1999) escreve que os historiadores passaram a legitimar as narrativas orais atribuídas ao passado como fontes que perpassam a experiência de testemunhas vivas, legitimando, portanto, o papel dos contadores múltiplos e ouvintes reprodutores, como uma maneira autêntica para o entendimento histórico do passado africano. Porém, foi observado que os historiadores estudavam as narrativas orais a partir dos mesmos modelos metodológicos utilizados para os estudos de fontes escritas. Desta forma se estabelecia um problema, pois as narrativas orais, segundo Miller (1999), estavam repletas de informações “fantasiosas”, que tinham o intuito de superestimar a realidade africana para os europeus. Os africanos colocavam em seus contos, aspectos criativos, estéticos e estratégias retóricas, com muito mais profundidade, que a sequência cronológica, propriamente dita.

Neste sentido, os historiadores reconheceram que não poderiam ler narrativas orais como histórias ou reconstituí-las como um todo, sendo necessário um reexame de seus elementos, numa perspectiva de que essas narrativas pudessem oferecer indicações válidas para as circunstâncias históricas. A opção dos historiadores foi extrair evidências de tradições orais, dissecando-as, porém, a partir disso, passaram a enfrentar desafios interdisciplinares, em especial, com os antropólogos. Explica Miller (1993), que neste contexto, os antropólogos reivindicavam as mesmas representações orais para fins teóricos de suas

próprias entidades sociais, ou seja, os estudos voltados para Antropologia. Os antropólogos estruturalistas influenciados pela Antropologia Simbólica francesa se posicionaram contra a historicidade das tradições, interpretando a lógica e a linguagem dos mesmos materiais valorizando as narrativas orais como um todo, sem recortá-las para suas análises, considerando os significados e a subjetividade dos relatos. Em meio deste embate, os historiadores defendiam que narrativas não precisam diretamente descrever tempos idos para relatar a história de tempos passados, pois mesmo sem a consciência histórica dos contadores africanos, seria possível uma interpretação histórica.

Após diversos embates vivenciados por historiadores e antropólogos, entre outros cientistas sociais, Miller (1993) aponta que as metodologias e fontes utilizadas para estudar história de grande parte do continente africano, só ganham forma a partir da década de 1960, quando os historiadores gradualmente passaram a discernir as ações do passado africano independente dos valores ocidentais (europeus e estadunidense). Somado a isso, na década de 1970, a Antropologia Neomarxista francesa passa a destacar tensões disfuncionais dentro das “harmoniosas” explicações dos estrutural-funcionalistas, em especial, dos etnógrafos; distinguiu assim os diversos atores anteriormente homogeneizadas dentro de “tribos”. Os antropólogos neomarxistas registravam a heterogeneidade e as diferenças, observando as ambiguidades presentes em questões como no caso de comunidades com e sem terras; diferenças entre os intérpretes, ou seja, se eram anciãos e jovens, escravos, mais ricos e mais pobres, até mesmo os indivíduos ambiciosos e bem-sucedidos. Posicionavam, portanto, todos estes contextos e protagonistas em tensões dinâmicas e historicizadas, considerando assim os africanos como atores e sujeitos históricos.

A ênfase neomarxista sobre a diferenciação da realidade dentro da África rompeu com a homogeneização racialista, já citada no início do texto. Em suma, o posicionamento dos antropólogos neomarxistas trouxe subsídio para os historiadores, que, a partir daí concretizam a modificação do “olhar” sobre o continente africano que até então havia sido determinado pelos processos da história europeia e americana.

Observamos, portanto, a partir de todo o resgate historiográfico de Miller (1993), que a modificação do “olhar” sobre a África e sua história, decorreu de um longo processo, que teve como seu primeiro precursor, Du Bois. Neste sentido, o estudo da história de África tem nova conotação dentro dos meios acadêmicos, havendo com isso, modificações no que diz respeito a história, historiografia, metodologia e fontes, o que favorece o estudo de África na

contemporaneidade. Podemos, obstante a isso, considerar que essas conquistas que se referem a mudança de “olhar” favorecem o estudo de África nos dias atuais⁹.

Claude-Hélène Perrot em *Sources Orales et Histoire un Débat Permanent* (1993) faz uma reflexão sobre o debate atual referente as fontes orais, que há mais de três décadas parecem ter tomado novos rumos, a julgar pelos dois livros mais preocupados com a História Oral em cronologia, *Oral Historiography* de David Henige (1982) e *Oral Tradition as History* de Jan Vansina (1984), autores que serão muito mencionados neste artigo. Segundo Perrot (1993) eles trazem ferramentas metodológicas incorporando todos os aspectos da pesquisa histórica “no terreno” da História Oral, isto é, tanto a coleta de fontes orais, como a sua operação. Além disso, apresentam os problemas colocados pela passagem delicada da História Oral na construção de sua legitimação como metodologia de interpretação crítica e fonte histórica.

Segundo Perrot (1993) estes autores utilizam ferramentas metodológicas que abrangem os aspectos das investigações históricas em campo, sendo capazes de produzir história, auxiliando na concretização do processo de transição do oral para o escrito. Os temas, os comentários feitos sobre materiais orais já recolhidos em muitas sociedades e não apenas no continente africano, são geralmente ricos em lições para os investigadores confrontados com dificuldades e muitas vezes com dúvidas que surgem durante as entrevistas orais.

A autora discorre que Vansina afirma no prefácio da obra *Oral Tradition as History* (1984), que tinha a intenção de atualizar seu livro publicado na década de 1960, especificamente em 1961¹⁰, que foi considerado como a “bíblia” para o uso da Tradição Oral como metodologia. Refere que naquele período, os africanos ganharam visibilidade, apesar da virtual ausência de fontes escritas e alguns “capítulos” da história colonial.

Perrot (1993) coloca que no uso da Tradição Oral como história Jan Vansina continuou a sua própria pesquisa de campo na África Central (Gabão e Congo) e Oriental (Ruanda e Burundi), acumulando uma vasta literatura, reunindo tudo que no passado e no presente tem a marca da oralidade, tratando magistralmente temas chaves como tipos de fontes orais e informantes, ou seja, aqueles que produzem a História Oral e as circunstâncias e objetivos desta produção.

⁹ Mesmo assim, não podemos deixar de considerar que princípios racistas, eurocêntricos, positivistas, entre outros, ainda determinam os estudos de muitos historiadores.

¹⁰ Que abordaremos ainda neste texto

Além disso, a autora expõe que Vansina enfatiza a necessidade de identificar o significado da mensagem, cuja história é portadora, contrapondo-se aos estruturalistas que tinham apenas o interesse no significado simbólico, sem referência a mensagem em si. Ele também estimula os historiadores a quebrarem as barreiras entre disciplinas, a usarem a linguagem dos antropólogos e também a linguagem literária, aplicando a análise histórica, distinguindo a história dos itens que são colocados para “embelezar” ou para assegurar a “progressão dramática” dos relatos. Outro ponto que estimula a leitura de Vansina é a importância dada à visão de mundo da própria sociedade e, especialmente, como ela representa a sua própria história, mostrando que sem esses conhecimentos muitas características dos estudos históricos permanecem ininteligíveis.

Quanto a Henige, a autora aponta que ele fornece aos investigadores estrangeiros que trabalham em África dicas e conselhos práticos e, até mesmo, “receitas” que considera necessárias para o bom andamento das investigações. Esta abrangência surpreende historiadores que não têm a História Oral como fonte.

Perrot (1993) afirma que ambos os historiadores não se limitam aos aspectos metodológicos, pois também oferecem reflexões sobre a validade das fontes orais, problematizando-as no início de suas obras e trazendo argumentos que trazem peso teórico às conclusões de seus livros. Segundo ela, dois temas emergem: primeiro o peso deste ofício e o ônus de se defender no presente, o conteúdo das narrativas históricas que são flexíveis. Explica Perrot (1993) que no corpo das tradições orais, alguns dos escritos de Vansina são reformulados e reorientados, enquanto outros são aprofundados. E, segundo ele, não há equilíbrio auto-regulado entre uma sociedade e suas tradições, pois um “corpus” de tradições orais pode refletir tanto o presente como o passado.

Para Perrot (1993) parece que Vansina e Henige foram inspirados por dois movimentos consecutivos: a) o ressurgimento da Antropologia Funcionalista; b) o aumento da popularidade da História Oral nascida nos EUA como instrumento metodológico, que em seguida, se expandiu para Escandinávia, Inglaterra e depois França. A abordagem da história a partir da coleta direta da oralidade e de “histórias de vida”, que não são apenas fontes que devem ser utilizadas como suplemento para as fontes escritas, mas também, utilizadas para dar voz aos excluídos, pertencentes a uma história “esquecida”, como no caso dos índios, dos negros, dos mexicanos nos EUA, crianças, adolescentes e mulheres no Reino Unido. Além disso, estes estudos estimulam muitos projetos em universidades americanas, os quais são financiados por organizações públicas ou privadas.

Por isso, na próxima seção, enfocaremos especialmente os historiadores que aqui foram citados como vanguarda na utilização da História Oral, como também, apresentaremos a partir de outros autores, historiadores contemporâneos que hoje se utilizam especificamente da História Oral como instrumento metodológico para a realização de seus estudos.

2. Alguns usos da História Oral e Tradição Oral

Jan Vansina publica em 1961 a primeira edição do *Oral Tradition as History*, em que faz uma discussão rigorosa de como estudar as civilizações que tem na oralidade a base de sua História. E, como apontamos a partir de Perrot (1993) a obra *Oral Tradition as History* é reeditada em 1984 e na contra capa o historiador Terence Ranger escreve a respeito da primeira edição publicada em 1961, em que mostra as mudanças na área da pesquisa da História Oral, considerando que sua abordagem não deve ser limitada a historiadores de África, uma vez que existem elementos interessantes a se dizer sobre a estruturação da memória humana, sendo possível a aplicação da metodologia para estudos em história de outras áreas e regiões.

David Henige, em seu texto *Oral Tradition as a Means of Reconstructing The Past* (2005), trabalhou com passagens semelhantes ao de Joseph Miller sobre o desenvolvimento da História de África, mas se deteve, especialmente, na Tradição Oral. Discorre que em 1961, com a publicação *Oral Tradition as History*, Jan Vansina forneceu um ponto de partida metodológico, nas palavras de Henige, a metodologia de Vansina tornou-se um “clarim” (HENIGE, 2005, p. 170, tradução nossa).

Henige (2005), ao discorrer sobre a Tradição Oral expõe que esta já existia em outras sociedades, a exemplo, da hebraica, ressaltando que até o século XX, a maioria das pessoas no mundo não era alfabetizada o suficiente para ler um livro, muito menos para escrever um, portanto as tradições eram difundidas oralmente de geração à geração. Enfatiza que o uso de Tradição Oral deve ser entendido de forma independente da história escrita, ou seja, não é um complemento para ascender a História escrita, mas um processo que também visa construir história. Este alerta de Henige (2005), vai ao encontro das reflexões de Miller (1993), quando problematiza o fato dos historiadores tentarem usar fontes orais da mesma maneira que usavam fontes escritas.

Dentro de desse processo Henige (2005) explica que existem muitas maneiras de transmitir uma mensagem e o interprete pode repeti-las, mas muitas vezes cabe ao historiador

somente interpretar, pois às vezes não há uma tradução literal, pois existem palavras, conceitos, abstrações que simplesmente não podem ser traduzidos de um idioma para outro. Sendo assim o que temos são interpretações que podem ser distorcidas. Nesse sentido, o que o autor expõe é que tanto a tradição oral, como os próprios idiomas que têm como base a escrita podem ter o seu significado modificado quando traduzido para outro idioma, então o preconceito com a História Oral perde o seu fundamento. O que se pauta é que as fontes escritas possuem elementos delicados, tanto quanto as fontes orais, portanto, uma forma de conhecimento histórico não pode se sobressair a outra, pois ambos necessitam de cuidados em suas utilizações.

O historiador ressalta a importância da natureza exploratória da pesquisa que usa a História Oral como instrumento metodológico, portanto a forma de relação que se estabelece com os informantes é essencial. Alerta que muitas vezes acontece o “mascaramento” da realidade. E, segundo ele, a decisão de como os informantes serão tratados “é um dos problemas mais espinhosos do trabalho de campo” (HENIGE, 2005, p. 177, tradução nossa). Pois é neste momento do processo que se decide o tipo de vínculo que se estabelecerá com os informantes, se haverá pagamento ou não e outros aspectos essenciais para o desenvolvimento do processo investigativo.

Quando há o pagamento a partir de uma moeda negociável, é muito comum que este tipo de abordagem se transforme em uma transação comercial. Se isso acontece, um perigo real é estabelecido, pois os informantes serão incentivados a maximizar sua participação ou proporcionar informações que possam “agradar” o historiador. Desta forma é preciso que o historiador esteja atento para constatar os termos alterados, pois, caso contrário suas investigações serão muito prejudicadas. Sugere Henige (2005) que historiador expresse sua gratidão ocasionalmente através de bens com importância local, o que não influenciaria no processo de perguntas e respostas.

Como terceira alternativa, aponta que é possível oferecer pagamento parcial, ou que seja entendido como uma pequena remuneração. Podendo também ser realizado por meio do compromisso do envio de fotografias, livros ou artigos que resultam da experiência. Mesmo assim, deve-se ter cuidado extremo, pois os acordos podem se estabelecer como uma relação ilusória e paternalista, ou promessas não cumpridas. Vejamos, nas palavras do autor, os cuidados que devemos ter com o uso das fontes orais,

Yet a third alternative is to offer no payment at all, or at least any payment that can be construed solely as remuneration. Payment might be preempted by promises of sending back photographs, any books or articles that result

from the experience, or whatever. The trouble this is that is sounds, even from a distance, to be specious and patronizing, especially if promises are not followed up-and what virtue is in shorter supply than gratitude? There are no foolproof way of turning the effects of this inherently exploiter-exploited relationship into anything that can ensure objectivity, because there is no way to pretend successfully that field interviews are an equalized process (HENIGE, 2005, p. 177)

A relação entre o investigador e o informante tem que ser uma relação em que o informante possa sentir-se como parte integrante do trabalho, pois a partir do momento que se tem o pagamento é essencial que haja o cuidado para que o informante não se sinta subornado, pois como o próprio autor alerta, a relação não pode ser de explorador e explorado. Além disso, David Henige (2005) faz reflexões acerca da História Oral como meio metodológico de investigação trazendo sugestões importantes para como melhor aproveitá-la no processo de construção histórica,

It cannot be emphasized too strongly here that, although discussion has centered on the collection of tradition, whether encountered in the raw or printed form, the points made are valid for the collection of all forms of historical inquiry, even though most them do not have some of handicaps (e.g., interpersonal aspects, the untold number of transmissions) that so characterize the creation of oral data. In particular, the attitude of mind when approaching historical evidence is very much the same. Succinctly put, it amounts to this: search widely, suspend judgment, be self-critical at every stage of the process, never assume that your interpretations cannot be challenged, and be willing to challenge them yourself if it seems necessary. These are admittedly abstract goals, but not unrealizable for that. When they are successfully carried out, the work submitted for the approval of the present and the future will be able better to resist assaults. It will also be intrinsically more reliable, even in some ways, more authentic. Given the critical importance of oral data to the study of the past-and not only the African past-this is not inconsequential (HENIGE, 2005, p.189).

No trecho acima o autor discorre sobre a importância da História Oral, apontando o seu uso como metodologia de investigação não só para o estudo do continente africano e, como já foi exposto, a Tradição Oral se materializa em diferentes contextos e continentes. Expõe também que o investigador tem que manter uma postura livre de julgamento pessoal, portanto a autocrítica é necessária em todo processo de investigação. Aponta ainda que o pesquisador nunca deve acreditar que suas interpretações não podem ser contestadas, ao contrario, deve sempre estar disposto a enfrentar os desafios para manter-se em postura

distante de julgamentos próprios. Finaliza apontando que ao se tomar esses cuidados o trabalho de História Oral resistirá melhor às críticas do presente e do futuro.

Para o uso da História Oral, Perrot (1993) escreve que no limiar de um inquérito com base em relatos orais, o historiador é confrontado com um problema complexo: quais são os caminhos que dão acesso a história nas sociedades pré-letradas? A resposta parece óbvia: é a narrativa. Geralmente tudo o que é transmitida de boca em boca, portanto, é preciso recolher as fontes de forma fiel na gravação, transcrevê-las em sua originalidade.

Já a pesquisadora Tal Tamari, em *Les appréciations portées sur les traditions orales maliennes: constantes et évolutions* (2005) analisa a mudança de atitudes em relação às tradições orais africanas que vem ocorrendo desde o século XIX, especialmente no Mali. A maioria dos autores, tanto do Sudão e Mali, sente que as tradições orais trouxeram depoimentos válidos para o passado procurando ao mesmo tempo confrontá-los com outras fontes. Esta região da África foi por mais de quatro décadas o principal local de estudo das fontes orais, ressaltando que o Mali foi “casa” para várias nações e povos antigos, com valorizadas tradições orais que se referiam ao passado. Nos vários povos, a transmissão de certas tradições orais era preservada com os especialistas hereditários, como os chamados *Griots*.

Por estabelecerem-se na região, colonizadores sentiram a necessidade de entender melhor essas pessoas. Suas pesquisas incluíram, desde o início, uma dimensão histórica e tradições orais foram arquivadas. Tal Tamari (2005) menciona o trabalho de Maurice Charles Delafosse, Charles Monteil, Louis Tauxier, Louis Desplangnes e todos os esforços daqueles que estavam envolvidos com artigos ou relatórios de registro. A maioria dos autores, na tentativa de correlacionar informações de fontes diferentes e, principalmente, entre fontes orais e documentos em árabe.

Segundo Tal Tamari (2005), particularmente nos primeiros anos do século XX, poucas pessoas da região puderam se expressar por escrito em francês, portanto, os investigadores ainda se viam na necessidade de traduzir as tradições orais gravadas em árabe, pois ainda era a maioria, por isso, tiveram que introduzir em suas pesquisas estudos da cultura islâmica, buscando elementos que facilitassem o estudo das fontes orais. Metodologias propostas por Charles Monteil e Maurice Charles Delafosse para o estudo do império sudanês e por este último juntamente com Louis Tauxier Royames sobre os reinos de Bambara, são baseadas em uma comparação de fontes orais e escritas.

Pesquisadores acreditam que as tradições orais poderiam reservar informações valiosas sobre períodos muito longos, dois séculos de maneira relativamente detalhada, no caso do Reino de Bambara estudado por Charles Monteil, ou séculos e milênios, para *Soninke* e *Fulani* estudados por Maurice Delafosse. Não é surpreendente que algumas interpretações destes autores tiveram que ser revistas, mas Tal Tamari (2005) nota que os historiadores citados não foram excessivamente arbitrários em suas investigações. Como exemplo a autora coloca a questão da informação histórica de que a fundação do antigo Império de Gana teve influência dos “judaico-sírios”, pois alguns *Fulani* e *Soninke* confirmaram este aspecto ao mencionarem oralmente a presença de judeus entre seus antepassados.

A autora desenvolve de forma ampla a apresentação de vários pesquisadores que investigavam o Sudão e o Mali, expõe ao longo do tempo como esses abordam questões pautadas nas tradições orais, registra que a abordagem dessas investigações tendia a considera-las como provérbios, conteúdo literário, ao invés de propriamente fontes históricas. Explica que após a independência dos países africanos que estavam sob o domínio dos franceses e britânicos, os pesquisadores de outros países africanos também viajaram para o Mali para coletar tradições orais em perspectiva histórica. A autora traz ênfase ao trabalho do nigeriano B.O. Oloruntimehin, cuja tese de 1972 se centra na força dos *Toucouleurs*¹¹ em Segou, Mali. Neste contexto, os sudaneses e os malianos conquistavam cada vez mais respeito em relação as tradições orais, combatendo qualquer posicionamento que colocava a oralidade como sinal de inferioridade, a prova disso esta no lema de Amadou Hampâté Ba, “na África, cada velho que morre é uma biblioteca que se queima”.

Atualmente os historiadores do Mali trabalham sobre os temas mais variados, com constante coleta e análises de tradições orais, as quais ganham cada vez mais espaço. Princípios metodológicos aplicados pelos pesquisadores no Mali não são diferentes daqueles aplicados pela maioria dos rigorosos pesquisadores franceses. Este fato se deu por conta do intercâmbio cultural que já existia há um século, portanto, os pesquisadores do Mali e os franceses eram treinados nas mesmas instituições.

Tal Tamari (2005) discorre que acontece uma internacionalização da investigação no Mali, o que, para ela é essencialmente saudável. Esta internacionalização tem aberto conhecimento das culturas do Mali para um público muito mais vasto. Neste contexto os pesquisadores do Mali foram às instituições acadêmicas de diversos países, produzindo em diferentes idiomas, inclusive, em inglês, alemão e espanhol. Este fato fez com que a história

¹¹ Os Toucouleurs fazem parte de um povo agrícola que vive principalmente na África Ocidental: o norte do Senegal (onde constituem 15% da população) no Vale do Rio Senegal, Mauritânia e Mali.

do Mali saísse do circuito ainda “tímido” das línguas nacionais, que era apenas valorizado por estudos de linguística. A autora coloca que este fenômeno comprova a realidade de dominação cultural, econômica e política, pois a cultura de um país africano só sai do isolamento a partir do momento em que é expressa nos idiomas ocidentais.

Todavia, mesmo com o avanço dos estudos sobre as tradições orais, a autora sublinha que há investigadores que ainda rejeitam as tradições orais como fontes históricas, a exemplo de Ralph Austen e Jan Jansen, que realizam pesquisas com fontes árabes, tradições orais antigas, confrontando essas fontes e colocando em questão os períodos narrados pelas tradições orais e, na maioria das vezes, desconstruindo a história pautada na História Oral. A autora nos faz notar que os dois autores, apesar de seu ceticismo mediante todas as fontes não-europeias, apresentam um conflito, pois para Jan Jansen, o épico é transmitido por "analfabetos funcionais" ou "analfabetos" já, Ralph Austen ao contrário disso, considera que a escrita foi de grande importância na região e o processo de aprendizagem de canções está desvinculado do aspecto épico. Mesmo diante desta divergência, o olhar dos autores para com a Tradição Oral continua sendo eurocêntrico, pois na prática, defendem que apenas escritos europeus são potencialmente válidos e só aceitam o testemunho de pessoas com cultura ocidental.

Tal Tamari (2005) chega a lamentar o posicionamento de Jan Jansen, quando esta critica o fato de Youssouf Cisse traduzir um texto de *mandinga*, por um estilo de francês rebuscado. Esta desvalorização da cultura *mandiga*, também é vivenciada por outras culturas, fazendo com que a materialização do preconceito diante da História Oral continue viva, por isso, fecharemos esta seção com os questionamentos da autora, os quais estimulam reflexões acerca da importância da identidade de grupos, sendo esta identidade registrada oralmente ou de outra forma. Tal Tamari questiona: “será que as histórias épicas *mandingas* não teriam valor literário? Não seria, em última análise, uma tentativa de menosprezar, assumindo ou não, a civilização *Mandinga* e o que é mais importante entre as tradições orais relacionadas com o seu passado, ou seja, sua identidade?”

3. Considerações Finais

Como vimos, a pesquisa que envolve história de África nos meios acadêmicos enfrentou a resistência do *status quo* estabelecido pela visão ocidental e eurocêntrica que sempre determinou os “rumos” da história e do que é importante ser registrado na história. O

discurso do historiador Joseph Miller deixa evidentes esses problemas quando mostra que até o final do século XIX a academia defendia a tese de que o continente africano não possuía história, pois não havia registros “escritos”. Por outro lado, os primeiros registros escritos também não possuíam confiabilidade, pois sofriam interferência dos projetos coloniais.

Para a superação destes problemas, percussores viram a necessidade de metodologias capazes de possibilitar a valorização da história africana, neste sentido, a História Oral tornou-se um importante instrumento. Os autores aqui apontados demonstraram como a utilização de outras ciências sociais e humanas puderam contribuir para legitimação, bem como, para a efetivação da História Oral como instrumento metodológico para a busca de fontes históricas. Assim, a História Oral ocupa um espaço nos meios acadêmicos e, mais importante que isso, contribui para o avanço do conhecimento dos vários povos que ocupam o continente africano.

Não obstante, como os próprios autores apontam, a História Oral ultrapassou os limites geográficos da história do continente africano, atingindo outros povos e países que não tiveram seus registros históricos devidamente analisados e expostos na história. Contudo, os autores apontam nos textos sintetizados acima que ainda há resistência para o uso da História Oral, bem como para o reconhecimento das tradições orais comumente usadas no território africano. Registramos que mesmo com a resistência de alguns pesquisadores em se aceitar a História Oral ela é um fato, que independente dos obstáculos impostos se estabeleceu nos meios acadêmicos e vem contribuindo para dar voz aos grupos excluídos da história.

Referências

- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine «De la périodisation en histoire africaine. Peut-on l'envisager? À quoi sert-elle ?», **Afrique & histoire vol. 2**, p. 31-65. 1/2004.
- HENIGE, David. Oral Tradition as a Means of Reconstructing the Past. In: PHILIPS, John Edward (Org). **Writing African History**. Texas: University of Rochester Press, 2005.
- HENRIQUES, Isabel Castro. **Os pilares da diferença relações século XV-XX**. Lisboa: Caleidoscópio, 2004.
- MILLER, Joseph. C. . History and Africa/ Africa and History. **The American Historical Review**. vol 104. n 1. P01-32. February, 1999.
- PERROT, C.H. **Sources orales et histoire: un débat permanent**. Dans Sources orales de l'histoire de l'Afrique. Paris, CNRS éditions, 1993.

TAMARI, Tal. Les appréciations portées sur les traditions orales maliennes: constantes et évolutions. In. DONNIYA, Karthala. **Mali – France Regards sur une Histoire partagée**. Paris : Bamako, 2005.

VANSINA, Jan. **Oral tradition as history**. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1984.

Recebido em: 06 de junho 2016.

Aprovado em: 11 de dezembro de 2016.